

## RESENHA

### HUMANIDADE - FUTURO EM COMUM

Altair Alberto Fávero<sup>1</sup>  
Ana Luiza Fochesatto<sup>2</sup>  
Caroline Simon Bellenzier<sup>3</sup>

BOMBASSARO, Luiz Carlos; NODARI, Paulo César (Org.). *O neoliberalismo pedagógico na educação: o gerencialismo educativo em detrimento à humanização*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2023.

Esta coletânea, elaborada com o apoio de diversos pesquisadores nacionais e internacionais, foi organizada por Luiz Carlos Bombassaro e Paulo César Nodari. A obra intitulada “Humanidade futuro em comum” é composta por 24 capítulos divididos em quatro blocos temáticos. Além desses, há uma parte destinada à apresentação da obra. Assim, em linhas gerais, o livro traz pertinentes discussões e reflexões a respeito da humanidade, tempo atual e o caminho para o futuro.

O primeiro bloco da obra resenhada destina-se a **Filosofia, Política e Cosmopolitismo**. Inicia-se a partir de indagações sobre o termo neoliberalismo. Para tanto, o autor contextualiza que suas primeiras aparições datam de 1938, diante da necessidade de renovação do liberalismo. Assim, compreende-se que, como muitos outros relacionados à política, o conceito de liberalismo traz consigo diversos significados e, por consequência, disputas diante da discordância entre eles. Há aqueles que negam o conceito por ser abreviado, ou quem afirma ser uma concepção abrangente, por isso sem validade; e ainda, há quem acredite que se refere a uma única coisa. Esse último leva a necessidade de se afirmar, mais uma vez o fato de que os conceitos são polissêmicos e controversos, a exemplo do neoliberalismo, que pode denotar tanto uma doutrina teórica que objetiva reformular o conceito de liberalismo novecentista, quanto às políticas sociais estratégicas de Margaret Thatcher.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação (CNPq), Universidade de Passo Fundo, e-mail: [altairfaver@gmail.com](mailto:altairfaver@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia (Bolsista FAPERGS), Universidade de Passo Fundo, e-mail: [188550@upf.br](mailto:188550@upf.br)

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação (Bolsista Capes), Universidade de Passo Fundo (UPF), e-mail: [carolsimon@hotmail.com](mailto:carolsimon@hotmail.com)

Assim, compreende-se que é necessário esclarecer tal termo, não o excluir. Ainda sobre o fator conceitual, o autor enfatiza as diferenças entre a doutrina liberal e a ideologia, a qual se refere como neoliberalismo realmente existente. E segundo ele se descreve, de forma resumida, como o conjunto de políticas, que, mesmo de forma vaga, são incitados pelos escritos doutrinários do neoliberalismo, apontando para uma série de práticas do modo capitalista de produção. Em contraponto ao liberalismo, o neorrepublicanismo traz a ideia de liberdade como a ausência de dominação. Assim, Philip Pettit, mencionado na obra, destaca que, diferente do que apontam os liberais, os defensores do neorrepublicanismo não trabalham sobre o conceito de liberdade positiva, definindo, na verdade, apenas como a ausência de interferência arbitrária. Mais que isso, apontam a necessidade de proteção e segurança contra essas, definindo também, que tudo depende de como a lei é decretada e posta em prática, sendo ela um elemento fundamental para liberdade quando consentida e relevante para quem sofrerá a interferência. Conforme os autores, Pettit defende que cabe a um governo verdadeiramente republicano evitar a dominação estabelecida por agentes privados e a exercida pelo próprio governo.

Nesse sentido, não se pode falar em política, sem se falar em liberdade de expressão. Esse termo sofreu variações e questionamentos ao longo da história, sendo influenciada por grandes nomes, como o do filósofo Hobbes. Alguns desses pensadores, de séculos diferentes, concordavam com a tese de que a liberdade de expressão é um direito fundamental que mira primordialmente a estabilidade política. No cenário liberal, muitos teóricos se propuseram a compreender a liberdade de expressão. A exemplo de Waldron, que se ateve a afirmar que há distinção entre proteção da ofensa e proteção da dignidade, ou status social. Na coletânea, Rawls é referido e afirma que a ofensa só deve ser proibida em caso de ameaça à ordem ou segurança pública, não somente pelo seu caráter ofensivo. Justifica isso pela inexistência de forma de medir os danos - emocionais - de uma ofensa. Assim percebe-se que pensamento liberalista usa a manutenção da segurança e ordem pública como argumento para justificar a intolerância.

No mesmo contexto, encontra-se o termo "constitucionalismo abusivo". Para David Landau, esse termo faz referência ao uso de instrumentos constitucionais para o enfraquecimento da democracia. Assim, por meio de emendas e substituições constitucionais implantam sorrateiramente regimes semi autoritários

e autoritários. O que influencia nisso é a consequente redução da oposição, bem como intimidação dos adversários e disseminação de *fake news* - que inegavelmente fizeram parte do cenário político brasileiro nos últimos anos.

Outros dois termos importantes abordados são necroética e necropolítica. O primeiro pode estar associado a uma prática mais ampla, que é o segundo. Mais que isso, a necropolítica tem o necropoder como elemento base, ou seja, a vinculação da soberania de um povo e seu bem-estar a uma oposição radical ou a outros indivíduos, a exemplo do racismo. Já a neuroética diz respeito a um discurso que articula argumentos que resultam em uma relação entre a ética e a morte. Assim, a problemática real é o uso de argumentos intelectuais para a aceitação dessa prática, que resulta em prejuízos e até mesmo morte de indivíduos ou populações.

Nesse cenário, é inevitável que se pense na construção histórica da sociedade no sentido dos resultados negativos a que se chegou. O pós-colonial é compreendido como uma perspectiva de pensamento crítico que visa superar ou se sobrepor aos modelos de conhecimento associados ao processo da colonização. A política colonizadora impossibilita a democracia de realmente existir, visto que continua a ditar regras e verdades. Processo esse que, por meio da usurpação e aniquilação de inúmeros povos, tornou possível a modernização europeia. Diante disso, é importante que se possa considerar e defender o pensamento decolonial, que se posiciona contra a justificação de violências injustificáveis.

A partir das discussões apresentadas, inicia-se o segundo eixo de discussão da coletânea, que se dedica ao entendimento da **Religião, Fundamentalismo e Igreja**. Nesse sentido, o fundamentalismo se insere em diversas esferas e áreas públicas. É apresentado o conceito de fundamentalismo bíblico, que diz respeito a como é feita a leitura do livro sagrado cristão. Mais que isso, discorre sobre o literalismo que é carregado pelo fundamentalismo, visto que enfatiza que a Bíblia, como palavra divina e isenta de erros, deve ser interpretada em seu sentido literal, negando informações externas ou até mesmo o criticismo. O problema em questão diz respeito ao que é feito a partir dessa leitura e como vai ser feita essa interpretação, que acaba, a partir da perspectiva do fundamentalismo, por ser tomada como regra, sendo mantida a fidelidade ao sentido literal.

Em contraponto, percebe-se que na atualidade há considerável plasticidade de concepções e volatilidade de normas. Nesse sentido, destaca-se o termo hermenêutica, que consiste na arte de interpretar textos. Sua relevância se dá ao ser percebida a existência de múltiplas interpretações sobre um único escrito. Assim, a exemplo, ateísmo hermenêutico se refere a necessidade de atentar-se para uma visão interpretativa desse fenômeno múltiplo. Isso caracteriza-se como uma virada hermenêutica, pela possibilidade de pensar-se em ateísmo plurais.

Ainda sobre questões religiosas, nos últimos tempos tem sido identificado um crescente número de sujeitos e pesquisas, daqueles que se identificam como sem-religião. Pesquisas essas que demonstraram a concepção de que religião se delimita a uma instituição ou tradição. Entretanto, os dados demonstram que o número mais significativo é de indivíduos que possuem crenças religiosas, mas não se vinculam a instituições - crentes sem religião. No que diz respeito às causas desse fenômeno, o que se supõe é uma fragilização no processo de transmissão de tradições referentes à memória religiosa. Isso resulta em uma autonomia religiosa, com recomposição das crenças e a desinstitucionalização, essa, influenciada pelo dinamismo dos centros urbanos e pelo criticismo frente à temática.

O terceiro bloco, intitulado **Filosofia, ciência e Tecnologia**, traz à tona outras temáticas. Primeiramente, propõe-se ao debate sobre opinião, crença e verdade. Para Platão, conhecimento é uma crença verdadeira, e opinião uma crença não necessariamente carregada de verdade. De maneira semelhante, Teeteto, ao ser citado, descreve que crenças são apenas opiniões quando não são verdadeiras ou justificadas. Assim, o que se compreende é que há uma multiplicidade de crenças, essas que, não ocorrem sozinhas e fazem parte de um sistema - influenciadas fortemente pelas emoções, conforme defendido por Hume. Se tratando do conceito de verdade, o que se entende é que o ser humano não acredita em coisas falsas, mas sim naquelas que acreditam ser verdadeiras - sendo ou não.

A opinião é associada a atitudes éticas ou não, visto que essas se influenciam a partir das percepções de correto ou incorreto de cada sujeito. Assim, um grande dilema ético é o uso das biotecnologias. Utilizadas, foram evoluindo e se aprofundando em temáticas que inicialmente não se esperava. Hoje

compreende-se a divisão entre as biotecnologias antigas - que envolvem por exemplo a fermentação - e as novas ou modernas - como a técnica de DNA recombinante. Independente de qual seja a biotecnologia, porém, muitas são as preocupações diante dos possíveis riscos, isso, principalmente no que diz respeito às técnicas aplicadas em seres humanos ou animais. Assim, torna-se cada vez mais necessário compreender os limites da aplicação biotecnológica quando se trata de agir com ética, principalmente devido às fortes ambições que acabam por permear os estudos e evoluções.

Nesse sentido, é conveniente pontuar sobre a responsabilidade humana frente aos danos na natureza, por exemplo. Alguns autores descrevem a responsabilidade como um dos elementos mais centrais quando se trata do pensamento ético, sendo a chegada de irresponsabilidade ao poder, de grande perigo. Quando se fala disso, refere-se aos governantes, por exemplo, que negligenciam os cuidados ambientais e sociais. Na mesma ordem de pensamento, o que se percebe na atualidade é uma grande ameaça às diversas formas de vida a partir da ação tecnológica. Assim, surge o conceito de filosofia da tecnologia, que se propõe a compreender a imensidão tecnológica que propiciou aos humanos poderes não imaginados, nem sempre acompanhados de responsabilidade.

Desse modo, deve-se refletir sobre o uso da tecnologia. Como prática, diz respeito a sua multiestabilidade, assim, portadora de sentido moral e político, sendo avaliada para muito além da sua formação material. Dessa forma, essa criação tecnológica busca construir mundos onde seja possível a realização do florescimento da humanidade e faz parte de um coletivo de práticas que se interseccionam e tem como objetivo a redução ou eliminação de fatores ligados à vulnerabilidade humana. Não é por nada que atualmente a tecnologia permeia a vida humana nos mais diversos âmbitos e em quase sua totalidade. Mais que isso, é necessário não se pensar nas tecnologias como neutras, mas sim, considerar sua natureza complexa e suas implicações sociais carregadas de fatores inerentes a sua criação.

O último bloco da obra traz apontamentos sobre **Educação, Cultura de Paz e Humanismo Integral**. Nesse sentido, na atual realidade vê-se o neoliberalismo como muito influente na área educacional. Nesse modelo, os modos de formação passam a ser afetados, inclusive pelas mudanças no que diz respeito à condução

do que é público. Mais que qualquer outro efeito, o neoliberalismo imposto à educação, promove seu próprio fortalecimento e o fomento das desigualdades sociais.

Vê-se nas reformas curriculares uma grande influência neoliberal, onde os objetivos se alteram, havendo um gerencialismo educacional. A educação deixa de ser um processo de humanização e se torna um instrumento da racionalidade neoliberal. Passa a existir um gerencialismo empresarial sobre as escolas, no qual são priorizados os aspectos econômicos e não os que tangem o desenvolvimento social, alinhando as metodologias e conteúdos ao que é exigido pelo mercado de trabalho, surgindo ainda a supervalorização dos indicadores exigidos, mas não contextualizados. Isso, amparado por meio de discursos que afirmam o aumento da eficiência. Se faz necessário compreender e diferenciar o que é de mercado e o que é educacional, levando em conta o papel do estudante não como cliente, mas sujeito à formação do senso crítico e humanização para além da instrumentalização.

A partir do exposto, que exige indagações, ao longo da história, muitas foram as situações que exigiram respostas a fenômenos complexos. Para tanto, o pensamento complexo é um importante aliado, visto que atua unificando os elementos e formando um todo, reconhecendo a interdependência e conexão. Também contribui para as práticas pedagógicas contemporâneas, visto que traz a noção de integração de conhecimentos de maneira significativa, aplicando-os de maneira contextualizada e reflexiva, assim, trazendo um olhar multidimensional.

Na vida cotidiana, o poder aquisitivo torna o ser humano expectador do mundo. Assim, é o sofrimento que une os indivíduos, ou seja, o reconhecimento do outro e suas situações é o que promove a solidariedade. Nesse sentido, Bauman apresenta a liquidez moderna como fator negativo para esse cenário, onde a globalização, não só política, afeta as relações e a solidariedade humana. Ainda, esse individualismo promove no sujeito uma busca constante de afirmação. Fator este que, em uma sociedade que exige o coletivismo, torna-se danoso.

Nesse sentido, o conceito de humanismo integral surge como uma importante reflexão para compreensão do indivíduo como complexo e perpetuado por uma série de fatores, bem como totalidade e sistema aberto. Nesse caso, permeado por uma coerência interna, mas com relações apenas possíveis a partir

das realidades externas a si. Para tanto, manifestar a liberdade é fundamental, bem como a ética é necessária ao bem comum, progresso social e democracia plural. Assim, o protagonismo social deve ser oriundo dos grupos, instituições, prezando pela busca de uma democracia viva e ativa, e fomentando um humanismo que valorize os indivíduos a partir de todas as suas dimensões.

A obra traz importantes reflexões e apontamentos sobre a história e o caminho traçado pela humanidade com o passar dos anos. Muitas foram as evoluções, inclusive tecnológicas, que trouxeram consigo relevantes conflitos, principalmente decorrentes da ausência de responsabilidade por parte dos usuários. Mais que isso, e talvez até mais relevantes, é inegável como um fator responsável, ou pelo menos influente, no que se refere às consequências da falta de ética ou irresponsabilidade, tem-se os objetivos financeiros, que muitas vezes acabam sendo valorizados em detrimento de fatores sociais ou do respeito e consideração da dignidade humana.

Nesse cenário, a educação atua, ou pelo menos deveria atuar, como o mais influente aporte para que os indivíduos, muito além de técnicas e instrumentalização, pudessem se desenvolver no que diz respeito ao senso crítico ou capacidade de metabolizar - nos termos psicanalíticos - e compreender os eventos sociais. Para tanto, vê-se o papel da educação, fundamentalmente transformador, sendo alterado, transferindo suas prioridades ao que é exigido pelo mercado. Cabe pensar até que ponto isso poderá ocorrer sem danos ainda mais preocupantes, a ponto de impossibilitar os avanços sociais e a democracia.

Pensar no futuro da humanidade, de maneira a questionar o que é feito a cada dia e o que pode ser danoso mais tarde, é imprescindível. Cada vez mais, é necessário que o Estado questione suas práticas e compreenda quais serão as consequências disso. Mais que isso, um importante papel cabe aos cidadãos, aqueles que devem não só exercer sua democracia no que diz respeito à escolha de quem estará no poder, mas também na reflexão crítica sobre suas próprias ações e, principalmente, no olhar crítico e questionador sobre o que observar na sociedade, nas instituições e no mundo como um todo.

Recebida em: 05/12/2024

Aprovada em: 19/12/2024